EDUCAÇÃO INCLUSIVA DO DEFICIENTE AUDITIVO

DAIANY DA SILVA DUARTE

RESUMO

Este artigo abordará a inclusão dos deficientes auditivos na escola de ensino regular. A importância de uma reestruturação no atual sistema educacional que promova a formação dos profissionais da educação e da comunidade escolar. Quando apreciamos o histórico da educação inclusiva, compreendemos o quanto é necessário desenvolvendo práticas e projetos pedagógicos para atuar com os deficientes auditivos, reconhecendo e avaliando as dificuldades de aprendizagem que envolve os alunos surdos.

Palavras-chave: Deficientes Auditivos. Educação Inclusiva.

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa abordará o tema "deficiência auditiva", apresentando a educação inclusiva (que começou no século XVI), mas só a partir do século XX os portadores de deficiências passam a ser vistos como cidadãos de direitos e deveres. A Educação Especial aparece na declaração Universal dos direitos Humanos (1948). A constituição brasileira (1978) assegura a educação especial gratuita e a de 1988 garante atendimento especializado aos portadores de deficiência. A Conferência Mundial sobre educação para todos (1990) prevê necessidades educacionais básicas para todos e, por fim, a nova LDB 9394/96 diz que a educação dos deficientes deve se dar preferencialmente na rede regular de ensino. Abordaremos a deficiência auditiva, seu conceito, e características dos deficientes auditivos, a história da educação dos surdos no mundo e no Brasil e a linguagem dos sinais.

Verificou-se que todas as crianças têm capacidades inatas que lhe permitem adquirir e desenvolver a língua de sua comunidade, a aquisição da linguagem da criança deficiente auditiva, os problemas de aprendizagem da leitura e escrita, a formação dos professores (que deverá saber lidar tanto com crianças normais quanto com crianças deficientes), conhecer técnicas especiais, ter uma formação continuada e auto formação a partir de sua vivencia na escola. Podemos chegar à conclusão que: o desafio ainda é o de reunir os alunos de diferentes níveis diante de uma única situação de ensino; a escola deve estar preparada, treinando os recursos materiais e físicos da escola e, por fim, a conscientização de que a educação inclusiva requer a

cooperação e as habilidades especializadas de profissionais capacitados, pois um dos principais problemas é a formação do professor que deve ter essa especialização e deve compreender que ele é professor de qualquer pessoa.

2 A DEFICIÊNCIA AUDITIVA

Deficiência auditiva é considerada genericamente como a diferença existente entre a performance do indivíduo e a habilidade normal para a detecção sonora. Qualquer distúrbio no processo de audição normal (seja qual for a causa, tipo severidades) constitui uma alteração auditiva e deve ser evitada. As alterações chamam-se deficiências. irk (1996) ressalta que a criança com dificuldades é aquela que, com auxílio do aparelho auditivo, ainda consegue compreender a fala, enquanto a surda não consegue.

De acordo com a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (1985, p.9), "Qualquer problema que ocorra em algumas das partes do ouvido pode causar uma deficiência na audição. Deficiência Auditiva é o nome usado para indicar uma perda de audição, ou seja, uma diminuição na capacidade de escutar os sons".

A deficiência auditiva pode ser congênita, ou seja, o indivíduo nasceu com a deficiência devido à má formação do ouvido, por fatores genéticos, doenças adquiridas pela mãe como rubéola e toxoplasmose que são transmitidas para o feto durante a gestação, ou pelo uso de medicamentos que afetem o ouvido do bebê. Também pode ocorrer a deficiência no momento do nascimento devido a complicações e baixo peso, ou, no decorrer da vida (causada por infecções de ouvido, por doenças como Meningite, Caxumba, Sarampo). Esta deficiência é considerada adquirida. Uma pessoa surda é aquela cuja audição é tão falha (geralmente de 70 decibéis ou mais) que não consegue entender, sem ou com a utilização de um aparelho auditivo, a fala por meio do ouvido. Uma pessoa com audição reduzida é aquela cuja audição é tão deficiente (geralmente entre 35 e 69 decibéis) que dificulte, mas não impede a compreensão da fala sem ou com a utilização de um aparelho auditivo, por meio do ouvido (FRISINA, apud KIRK, 1996).

As deficiências podem ser classificadas quanto à localização da alteração (tipo de perda auditiva) (KIRK, 1996, p. 233-236):

Perda Condutiva: A alteração está localizada no ouvido externo e/ou ouvido médio. Na maioria dos casos, essas perdas podem ser reversíveis, após tratamento medicamentoso ou cirúrgico. Um exemplo é a perda auditiva causada por infecções de ouvido (otites);

Perda Neurossensorial: A alteração está localizada no ouvido interno, ao nível do órgão de Corti, ou em fibras do nervo auditivo. Esse tipo é geralmente irreversível. Um exemplo é a deficiência auditiva causada pela meningite;

Perda Mista: A alteração está localizada no ouvido externo e/ou médio e ouvido interno. Esse tipo de deficiência auditiva pode ocorrer devido a fatores genéticos, onde o indivíduo tem uma má formação nos ossículos do ouvido médio e na cóclea;

Perda central: A alteração pode se localizar a partir do tronco cerebral até às regiões sub-corticais e córtex cerebral.

A perda auditiva afeta a aquisição e o desenvolvimento da linguagem o que inevitavelmente causa prejuízo nas habilidades de comunicação oral e na vida escolar da criança. Um profissional capacitado pode detectar e medir o grau de perda auditiva. Dependendo do tipo de deficiência auditiva (condutiva ou neurossensorial) e do grau da perda (leve, moderada, severa ou profunda), cada pessoa deficiente auditiva poderá ter diferentes possibilidades de escutar os sons. (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1985).

De acordo com Kirk (1996), a maior parte das informações disponíveis sobre as causas da deficiência auditiva trata da surdez em oposição às perdas auditivas leves. Moores (apud KIRK, 1996 p. 237-238) apresentou cinco causas principais identificadas para a surdez infantil:

Hereditariedade;

Rubéola Materna;

Nascimento Prematuro;

Meningite;

Incompatibilidade de sangue entre a mãe e a criança;

As deficiências auditivas menos graves são frequentemente causadas pela otite média, uma infecção comum do ouvido médio na infância. Pode ser surpreendente saber que, apesar de todos os nossos instrumentos sofisticados de diagnóstico, a maior porcentagem dos casos de deficiência auditiva (30%) é oriunda de causas desconhecidas (KIRK,1996).

As características de uma criança com perda auditiva leve serão, em muitos aspectos, mais semelhantes às de uma criança com audição do que as de uma criança surda, cuja condição causará uma série de outros problemas sérios, ligados a sua incapacidade de receber ou expressar mensagens e pensamentos por meio do som. O problema fundamental de comunicação das crianças surdas consiste em duas partes significativas: as limitações progressivas no desenvolvimento normal da linguagem. Cada uma dessas limitações afeta gravemente os processos de desenvolvimento da criança, bem como as áreas de realização acadêmica, ajustamento social e pessoal e ajustamento ocupacional (KIRK,1996).

2.1 HISTÓRIA E EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO DE SURDOS E MUDOS

A exclusão dos surdos e mudos do convívio social era evidente na sociedade de antigamente, os indivíduos surdos eram tidos como seres incapazes de receber qualquer tipo de ensinamento e com isso viviam as margens da sociedade sofrendo distinções e discriminações ao longo de toda a sua vida, pois não havia escola ou profissionais especializados que acreditavam na capacidade de aprendizado dos surdos e mudos. Os principais registros referentes a história da educação para surdos surgem no final do século XV, onde Giraldamo Cardamo utilizava sinais e linguagem de sinais e escrita e Pedro Ponce de Leon, que utilizada além dos sinais, treinamento da voz e leitura dos lábios como meios de comunicação. O movimento voltado para o ensino de surdos foi ganhando espaço entre tantos outros professores que se identificaram com a necessidade do ensino voltado para esses indivíduos, porém o método adotado por eles muitas vezes era divergente, pois alguns acreditavam que o ensino deveria ser voltado para a Oralidade, já outros consideravam a língua dos sinais e também a oralidade.

Historicamente, a educação de surdos no Brasil iniciou durante o Segundo Império, em 1855, período que Hernest Huet, educador francês, se instalou no país com o objetivo de fundar o primeiro instituto para surdos e mudos, a pedido de Dom Pedro II, porém, os estudos se voltavam ao atendimento somente dos indivíduos do sexo masculino. Futuramente, em 1857, no Rio de Janeiro, foi fundado o Imperial Instituto Nacional de Surdos-Mudos. Atualmente, em 2023, o instituto é uma referência em seu meio e continua ativo, porém, denominado como Instituto Nacional de educação dos Surdos (INES). Por volta de 1951, o Ministério da Educação resolve promover a capacitação de jovens professores por meio da oferta de curso especializado na área de surdez. Durante 1972, as entidades governamentais passaram a dar importância para as ações que pudessem promover a inclusão na educação especial. Deste modo, importantes avanços na história da inclusão dos alunos com deficiência auditiva foram determinantes para a implantação de métodos e práticas que permitiram a disseminação do bilinguismo. Anos antes, durante a década de 1970, por exemplo, a filosofia de ensino pautada na Língua Brasileira de Sinais, adotada pela educadora Ivete Vasconcelos em relação a comunicação total foi disseminada no contexto educacional

graças aos estudos e pesquisas praticadas pelas docentes Lucinda Brito e Eulália Fernandes. Posteriormente, em 1973, o Centro Nacional de Educação Especial CENESP, foi criado com o objetivo de subsidiar o planejamento estratégico baseado nas necessidades educacionais para acolhimento do aluno com deficiência. Em 1980, os estudos sobre a Língua de Sinais, realizados pela Universidade Federal de Pernambuco fez nascer o GELES – Grupo de Estudos sobre Linguagem, Educação e Surdez. Anos depois, em 1986, a Língua Sinais, que até então se baseava na Língua Americana de Sinais (ASL), passava a ser defendida seguindo características regionais brasileiras, sendo denominada como LSCB – Língua de Sinais dos Centros Urbanos Brasileiros. Em 1987, se fundou a Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos (FENEIS), que desde então, defende a Libras – Língua Brasileira de Sinais, como meio de comunicação da comunidade surda do país. Em 2002, foi sancionada a Lei nº 10.436, que passa a reconhecer

Libras como "meio legal de comunicação e expressão de surdos", futuramente sendo regulamentada conforme Decreto nº 5.626/2005 (SABANAI, 2007).

2.2 A LINGUAGEM DOS SINAIS

Pessoas com deficiência auditiva muito acentuada dificilmente conseguirão aprender a falar. Para a maioria delas a linguagem dos sinais pode tornar-se o único meio eficaz de comunicação com os outros seres humanos.

O sistema educacional com classes e escolas especiais favoreceu a segregação e o surgimento das comunidades surdas. Nos anos 70, a partir dos EUA, movimentos favoráveis à Língua de Sinais como uma língua mais completa (que permitia o desenvolvimento global dos surdos) culminaram na proposta bilingue que defende o acesso a Língua de Sinais, da comunidade surda, e a oral e escrita, do grupo majoritário. A Declaração de Salamanca, promulgada nessa época, reconhece a Língua de Sinais e a possibilidade de sua utilização para a educação dos surdos, bem como a manutenção dos sistemas especiais de ensino como classes e escolar especiais.

No Brasil, a maioria dos deficientes auditivos que tem acesso à escola e atendimento especializado tem sido tratada por métodos que visam à comunicação oral. Se por um lado muitas crianças apresentam bons resultados com este método, outras, devido à perda auditiva profunda ou a dificuldades próprias, não conseguem o mesmo aproveitamento.

As autoras Kojima e Segalla (2003, p. 12), comentam que "existem surdos que conseguem aprender a falar e outros que aprendem a Língua de sinais". Estes desenvolvem a habilidade espacial no cérebro de forma mais significativa do que o outro.

A possibilidade de ter um desenvolvimento mais natural no espaço pode favorecer o processo educacional da criança surda. É uma forma de aproveitar o potencial dos surdos, pois eles estabelecem de uma forma visual espacial, relações diretas com a imagem que o pensamento lhes permite.

Há necessidade de que quem não possui fluência na Língua de Sinais

(principalmente os professores) deve utilizar os Sistemas de Classificação para enriquecer a comunicação e ampliar os conhecimentos para se comunicar com os surdos. Todo e qualquer recurso que for utilizado para ajudar na compreensão dos conceitos, deverá ser aplicado com grande clareza, não para modificá-los, mas para auxiliar na compreensão.

O homem não pode viver isolado, pois ninguém se comunica consigo mesmo; comunica com alguém. E quando comunica, comunica com alguma coisa. A capacidade de comunicar utilizando a linguagem é um dos aspectos que distingue os seres humanos dos demais.

Na tradição cultural das sociedades humanas, a comunicação é basicamente oralista, o que acaba por dificultar a comunicação entre surdos e ouvintes. No caso das pessoas surdas é necessário ter em conta a situação de comunicação e esta caracteriza-se pelos instrumentos que a pessoa surda dispõe para a comunicação.

A audição (total parcial ou quase nula);

O conhecimento da língua oral (semântica) falada e escrita;

O conhecimento de leitura labial;

O conhecimento da língua gestual nas crianças surdas;

Esse mesmo autor comenta que todas as crianças possuem características inatas que lhe permitem adquirir e desenvolver a língua se sua comunidade. Apesar das crianças nascerem pré-programadas para adquirirem a linguagem, necessitam viver num ambiente linguístico para que o processo seja ativado e estimulado.

2.3 A INCLUSÃO DA CRIANÇA SURDA NO CONTEXTO EDUCACIONAL

Para as crianças surdas, a linguagem gestual (como língua natural) é um instrumento facilitador do processo de significação quer da linguagem receptiva quer da linguagem expressiva. A linguagem escrita quando desenvolvido é um precioso auxiliar da memória. A educação especial da criança deficiente auditiva deve começar o

mais cedo possível. As crianças com menos de três anos de idade (de 1 mês até 3 anos) devem ser atendidas com suas famílias por um profissional especializado. Crianças com mais de três anos podem ser atendidas em clínicas por profissionais especializados, em escolas especiais para deficientes auditivos e em classes especiais. (SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, 1985, P.11).

Muito provavelmente, o maior obstáculo enfrentado para o processo de ensino e aprendizagem do surdo se referente a nossa língua habitualmente brasileira, ou seja, da leitura e escrita do português. Esta dificuldade acontece devido à falta de contato, ou seja, familiarização do som da língua falada como ocorre habitualmente no contexto social. Para os surdos, sua língua principal se refere a língua dos sinais, posteriormente surge a implicação da linguagem escrita em português, esta inserção da língua portuguesa tardia prejudica sua capacidade de aquisição e para muitos isso ocorre devido a falta dos recursos necessários para o seu processo de aprendizagem. Para enfrentamento dos problemas durante a escrita e leitura se faz necessário adotar práticas pedagógicas e métodos de ensino que consiga quebrar as barreiras da comunicação, é imprescindível que o docente tenha domínio da língua dos sinais, independente do período de escolarização, pois infelizmente, ainda na atualidade, os surdos se deparam com todo nível de dificuldade desde o ensino básico, destacando a evidente negligência do governo que não se preocupa efetivamente com o destino educacional dos alunos surdos do país.

Se observa que além da formação continuada defasada há a falta de investimento nos recursos visuais e tecnológicos que possam viabilizar a inclusão desses alunos no cotidiano escolar. As escolas necessitam estar preparadas para o acolhimento dos alunos surdos, possibilitando aos mesmos direito à aquisição do conhecimento, portanto, se faz necessário a elaboração de políticas públicas que possam ser aplicadas para a formação continuada docente permitindo capacidade específica em Libras, é importante ressaltar que não bastam políticas públicas se não houver preocupação e engajamento por parte do docente.

2.4 A FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Johnson (1982, p. 84) diz que o mestre competente e habilitado para trabalhar com crianças deficientes auditivas será, acima de tudo, um bom mestre. Possuirá todas as habilidades requeridas para ensinar crianças normais, mas seu grau de sucesso estará em sua habilidade em ensinar a linguagem aos pequenos deficientes auditivos. A competência inclui também os seguintes pontos:

Saber ensinar técnicas, o currículo escolar e as matérias apropriadas;

Ser um bom modelo de elocução e audição para os alunos (a boa elocução e o bom ouvido são essenciais à percepção dos erros de elocução e de linguagem das crianças);

Compreender o desenvolvimento normal da linguagem e da fala e ter a habilidade de diagnosticar e corrigir os erros cometidos pelas crianças;

Compreender o mecanismo dos aparelhos de surdez e a maneira de manipulá-los e usá-los;

Conhecer as técnicas especiais necessárias para ensinar às crianças a

linguagem receptiva e expressiva pelo método multissensorial;

Ser capaz de interpretar diagnósticos (médicos, audiólogos e psicólogos) aos pais e mestres;

Saber apreciar as forças e necessidades dos pais, prestar-lhes assistência normal, uma orientação educacional apropriada e, se necessário, encaminhá-los a uma agência orientadora;

Conhecer os recursos da comunidade, tanto médicos como educacionais, psiquiátricos e vocacionais.

Mantoan (2003, P. 44-45) diz que uma proposta inclusiva envolve [...] uma escola que se identifica com princípios educacionais humanistas e cujos professores têm um perfil que é compatível com esses princípios e com uma formação que não se esgota na sua graduação e/ou nos cursos de pós-graduação em que se diplomou. A formação continuada desses profissionais é, antes de tudo, uma autoformação - pois acontece no interior das escolas e a partir do que eles estão buscando para aprimorar suas práticas.

Há a necessidade de uma reformulação nos currículos das escolas de nível médio e superior para que possam atender ao aluno com necessidades especiais nas escolas de ensino regular. As habilidades dos cursos de pedagogia, segundo Mantoan (2003) deveriam estar voltados para o aprofundamento pedagógico dos profissionais de modo que pudessem entender melhor as crianças em geral e o seu desenvolvimento. Isso eliminaria em grande parte os obstáculos que se interpõem entre a escola regular e esses alunos.

Em resumo: a formação única para todos os educadores propiciaria a tão esperada fusão entre a educação especial e a regular nos sistemas escolares. É preciso desmistificar a crença de que são os conhecimentos referentes à conceituação, tipologia das deficiências e outros temas correlatos que trarão aos professores alívio e competência para ensinar a todos os alunos de uma mesma forma (MANTOAN, 2003, p.45).

O desafio dos educadores é reunir alunos de diferentes níveis diante de uma situação de ensino, em grupos desiguais, pois assim é que acontece na vida cotidiana e é assim que a escola deve ensinar os alunos a alcançar o sucesso na escola e fora dela.

2.5 PREPARAÇÃO DA ESCOLA

De acordo com SASSAKI (1997, p. 117), cabe à escola:

Sensibilizar e treinar os recursos humanos da escola (todos os funcionários de todos os níveis);

Reorganizar os recursos materiais e físicos da escola;

Preparar a comunidade para incluir nela o futuro trabalhador;

Sensibilizar as empresas, entidades e órgãos da comunidade, por meio de palestras, exposições, visitas e outros eventos;

Sensibilizar os pais de alunos (deficientes e não deficientes) para um papel mais ativo em prol de uma escola inclusiva e de uma sociedade inclusiva;

O mesmo autor complementa dizendo que essa preparação deverá ocorrer em sala de aula, em setores operacionais da escola e na comunidade. Deverá haver ação conjunta do diretor e dos professores da escola, das autoridades educacionais, dos profissionais de educação especial e/ou de reabilitação, dos líderes do movimento dos portadores de deficiência e representantes da comunidade.

2.6 ADAPTAÇÕES NAS SALAS PARA A INCLUSÃO DO ALUNO DEFICIENTE AUDITIVO

De acordo com o Centro para o Ministério com Pessoas Deficientes da Universidade de Dayton, EUA (apud SASSAKI, 1997, p. 125). Todos os estudantes, quaisquer que sejam suas capacidades, "irão beneficiar-se das aulas que sejam menos dependentes de livros e mais experimentais, mais cooperativas, mais holísticas e mais multi-sensoriais".

As adaptações para os estudantes com impedimentos auditivos, segundo esse mesmo autor (1997, p. 126) são:

O professor deverá sentar-se na frente da sala;

Deverá usar recursos visuais;

Falar claramente;

Se o estudante usa a língua de sinais, o professor deverá aprender os sinais e deverá estimular os outros educadores a aprendê-lo também;

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dos últimos anos tem-se assistindo a um grande debate acerca das vantagens e desvantagens da inclusão do educando com necessidades especiais na classe comum da escola de ensino regular, e há muitas controvérsias sobre como deve ser essa inserção. Para as pessoas com deficiências, se pode observar um sério obstáculo neste processo. Muitas vezes elas são mantidas num grupo de iguais: pessoas com o mesmo tipo de deficiência, e é aí que a troca deixa de acontecer. Por isso, antes que as pessoas com deficiências exercitem sua ação no mundo, a sociedade já define suas limitações. Essas inúmeras características podem ser vistas como fatores de agregação, de agrupamento, de inclusão. Porém, ao mesmo tempo, podem ser pivôs de práticas segregacionistas e excludentes. Isso vai depender das nossas práticas, dos nossos posicionamentos frente a essas questões.

Mas, o reconhecimento da deficiência como uma diferença, entre tantas outras, também precisa ser acompanhado pelo reconhecimento das demandas especificas que cada deficiência traz para cada pessoa. Em outras palavras, não devemos ser indiferentes à indiferença, pois é a partir dela que se ampliam as possibilidades de trocas e vivências que possibilitam e favoreça o desenvolvimento, o processo educacional, o próprio viver.

Muitas pessoas ficam inseguras para iniciar o contato com uma pessoa com deficiência. Isso é natural, pois não fomos habituados a conviver com a diferença. Se, por causa da deficiência, uma pessoa tiver dificuldade para realizar algumas atividades, provavelmente terá habilidade para fazer outras coisas, não subestimar as possibilidades e nem superestimar as dificuldades, respeitar o direito de as pessoas tomarem suas próprias decisões e assumirem a responsabilidade por suas escolhas.

Inclusão é um movimento de mão dupla. Não se trata de uma mera troca de verbos, mas de um novo paradigma, de um olhar ampliado, onde todos agem no sentido de construir seu grupo de convivência e espaços para compartilhar direitos e deveres.

O atendimento às necessidades especiais das crianças com deficiências de audição requer a cooperação e as habilidades especializadas de profissionais em muitas disciplinas. A medicina, a psicologia e a educação são algumas delas, mas deve-se citar a importância primordial dos pais e de toda a comunidade.

A inclusão escolar constitui uma proposta politicamente correta que representa valores simbólicos importantes, condizentes com a igualdade de direitos e de oportunidades educacionais para todos, em um ambiente educacional favorável.

A criança com deficiência denuncia a falência de um sistema, denuncia uma má gestão escolar, uma formação inadequada do professor, uma escola fechada à comunidade, uma falta de relacionamento da família com a escola, enfim, vai denunciando em cascata milhões de situações inadequadas do sistema escolar brasileiro.

Vemos, portanto, que um dos principais problemas é a formação do professor. Ele deve ser capacitado no sentindo de compreender que é professor de qualquer pessoa. Mas, assim como o jornalista, o arquiteto, ele foi preparado para trabalhar apenas com um determinado perfil. Todo professor, como também todos alunos deveriam, por exemplo, aprender a linguagem de sinais, um pouco de Braille, assim como se aprende Inglês, Música, cada vez mais cedo em busca de uma formação mais completa, para se desenvolverem habilidades.

Para a criança, isso vai ser mais um recurso e ela vai desenvolver outras partes do cérebro e pode se tornar um profissional muito mais apto a lidar com as diferenças, em qualquer profissão.

O professor se apavora diante da criança especial porque não sabe, de verdade, como lidar com um cego, um surdo ou um paralisado cerebral, porque ele não frequentou uma escola inclusiva, não se exercitou em um ambiente inclusivo e não tem essa vivência, não tem memória afetiva relacionada a isso. Pode trabalhar de forma racional, mais sem identificação.

A inclusão é a consequência de uma escola de qualidade, isto é, uma escola capaz de perceber cada aluno como um enigma a ser desvendado. A escola inspirada no modelo da homogeneidade gera problema de baixo autoestima em qualquer tipo de pessoa, não só na pessoa diferente.

As oportunidades entre as pessoas com e sem deficiência significa que as necessidades de todo indivíduo devem ser levadas em conta com o mesmo grau de importância. Esse é um precioso trabalho de construção que depende do envolvimento de todos para acontecer. O ponto de partida é a constatação de que, sem o outro, nada se sabe sobre ele, a não ser o que nossa própria imaginação nos fornece.

O princípio do respeito à diversidade fortaleceu o movimento da inclusão. Nesse Novo enfoque, não se propõe a negação das diferenças, mas sim o respeito a elas. Não se propõe a igualdade massificada, mas a equiparação de oportunidades. Não se trata de preparar para integrar, mas de incluir e transformar. A inclusão pressupõe uma linha de mão dupla e exige a informação e formação de todos a respeito de todos.

REFERÊNCIAS

ABNT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO. Artigo em publicação periódica científica impressa – Apresentação. NBR 6022. Rio de Janeiro, 2003.

ABNT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023.

REFERÊCIAS BIBLIOGRÁFICAS. Rio de Janeiro, ago. 2002.

COMANDOLLI, A. Diversas abordagens na Educação dos Surdos. [s.d.]. Texto.

FERREIRA, J. R. A Nova LDB e as Necessidades Educativas Especiais. Caderno CEDES, vol. 19, n. 46, p. 7-15, set. 1998.

GALLAGHER, J. J.; KIRK, A. S. Educação da Criança Excepcional. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

KOJIMA, C. K.; SEGALA, S.R. Dicionário Língua de sinais: A Imagem do Pensamento, São Paulo: Escala, 2003.

MANTOAN, M. T. E. INCLUSÃO ESCOLAR: O que é? Por quê? Como fazer? Campinas: Moderna, 2003.

OLIVEIRA, P. M. T. História da Educação dos Surdos no Brasil. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003.

SABANAI, Nóriko Lúcia. A Evolução da Comunicação entre e com Surdos no

Brasil. Disponível em: http://www.helb.org.br/index.php/revista-helb/ano-1-no-1-

12007/92-a-evolucao-da-comunicacao=-entre-e-com-surdos-nobrasil#:~:textNo%20Brasil%2C%20a%20educa%C3%A7%C3%A3o%20de,primeira %20escola%20para%20meninos%20surdos. Acesso: 19 jun 2023.